
Tecendo a Resistência: A (In)visibilidade feminina no Jornal Resistência (PA) durante a ditadura civil-militar (1964-1985)¹

Ana Vitória GOUVÊA²

Regina LIMA³

Universidade Federal do Pará, Belém, PA

RESUMO

Este artigo analisa a representatividade feminina no Jornal Resistência a partir da perspectiva da Análise do Discurso foucaultiana, revelando a interação entre contexto político, social e histórico na construção dos discursos jornalísticos. O estudo se concentra na análise do Jornal Resistência, um veículo de comunicação de orientação esquerdista que se propõe a “dar voz às minorias e combater opressões”. A pesquisa levantou oito edições publicadas entre 1982 e 1983, durante a ditadura militar no Brasil e, foi possível estabelecer que há uma grande influência do contexto político e social em relação ao estabelecimento de um discurso de poder; onde claramente as mulheres são excluídas da narrativa. No entanto, também observamos um movimento de contracorrente, quando há uma tentativa de abrir espaço dentro do Jornal Resistência para essas mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: história da mídia; mulheres; feminismo; Resistência; ditadura

Introdução

No contexto do jornalismo, a presença e a voz das mulheres nas redações e nas pautas jornalísticas são aspectos fundamentais para uma sociedade mais inclusiva e plural (MEDIATALKS, 2020). Nesse sentido, este artigo busca analisar a representatividade feminina no Jornal Resistência, a partir da perspectiva foucaultiana da Análise do Discurso.

A Análise do Discurso (FOUCAULT, 1970) propõe uma abordagem crítica e interpretativa das práticas discursivas, considerando a relação entre poder, conhecimento e linguagem. Através desse arcabouço teórico, é possível compreender como as estruturas de poder operam na construção de discursos e na produção de significados.

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XIX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação do 7º semestre do Curso de Jornalismo da FACOM-UFPA, e-mail: anavmgouvea@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da FACOM-UFPA, e-mail: reginalima@ufpa.br

Quando falamos sobre ditadura, as mulheres foram grandes vítimas do regime; constando em inúmeras listas divulgadas pela Comissão Nacional da Verdade (2014). Assim, no contexto específico onde se insere Jornal Resistência (nos anos mais ferrenhos do regime militar), um veículo de comunicação que se propõe a dar voz às minorias e lutar contra opressões, é fundamental investigar como a representatividade feminina é abordada e promovida. Afinal, o jornalismo desempenha um papel crucial na formação de opinião pública e na construção de narrativas sociais (ORLANDI, 2005).

Para conduzir essa análise, serão utilizados diferentes instrumentos metodológicos, como a revisão bibliográfica e a análise do discurso das publicações do Jornal Resistência. Dentro de um universo de oito edições publicadas em um ano, serão identificadas as temáticas que envolvem a presença feminina, bem como os discursos e as estratégias discursivas utilizadas para abordar essas questões.

A partir da análise dos discursos presentes no Jornal Resistência, sob a ótica foucaultiana, será possível compreender as formas de resistência e de empoderamento feminino que são promovidas pelo veículo. Será examinado como o jornal constrói narrativas que desafiam o status quo e subvertem as estruturas de poder patriarcais.

É importante ressaltar que a representatividade feminina não se limita apenas à presença numérica de mulheres no jornalismo, mas também à diversidade de vozes, experiências e visões de mundo que são representadas. Serão observados, portanto, os diferentes perfis de mulheres retratados e a abordagem dada a temas como feminismo, violência de gênero, direitos reprodutivos e igualdade salarial, entre outros.

Na primeira parte do artigo, falaremos sobre a metodologia utilizada. Depois, partiremos para a contextualização do momento político e por fim, analisaremos o papel das mulheres e sua visibilidade dentro do Jornal Resistência, entre os anos 1982 e 1983.

Este estudo visa contribuir para o entendimento do papel do Jornal Resistência na promoção da representatividade feminina e no fortalecimento da luta por igualdade de gênero. Ao analisar criticamente os discursos e as estratégias utilizadas pelo veículo, será possível refletir sobre as possíveis lacunas e desafios na construção de uma sociedade mais justa e igualitária para as mulheres.

Metodologia

A abordagem metodológica do trabalho baseia-se na utilização da Análise do Discurso Francesa, juntamente com as pesquisas bibliográfica e documental. Para Gil (2008), a pesquisa documental e a bibliográfica podem por vezes se confundir, mas a primordial diferença entre elas é a base das fontes. Nesse trabalho, a pesquisa documental foi utilizada para coletar os dados dos jornais e a pesquisa bibliográfica, os artigos científicos abordam ou permeiam a temática em análise. Esses materiais acadêmicos podem fornecer embasamento teórico e metodológico para a pesquisa, ampliando o conhecimento sobre o tema e fornecendo diferentes perspectivas.

Para o tratamento das fontes, lançamos mão da análise de discurso que é uma abordagem teórico-metodológica que se concentra no estudo das práticas discursivas e sua relação com os contextos sociais, políticos e históricos (FOUCAULT, 1970). Ela busca compreender como os discursos são construídos, disseminados e interpretados (ORLANDI, 2012).

No contexto deste trabalho, a Análise do Discurso Francesa será aplicada para examinar os discursos presentes nas edições físicas do jornal Resistência. Utilizando a análise do discurso, pretende-se identificar as estratégias discursivas utilizadas pelos autores, os temas recorrentes, as representações sociais e políticas presentes nos textos.

A escolha de analisar oito edições do Jornal Resistência entre os anos de 1982 e 1983 parece ser baseada em limitações do acervo disponível e na lógica temporal encontrada nessas edições. Optar por um escopo de um ano facilita a análise de edições sequenciais, permitindo uma compreensão mais profunda das tendências, eventos e narrativas apresentadas pelo jornal ao longo desse período.

Ao selecionar um intervalo de tempo relativamente curto, é possível identificar de forma mais eficiente as mudanças e evoluções no conteúdo do jornal, bem como as prioridades temáticas e as estratégias editoriais adotadas pela publicação. Além disso, analisar edições sequenciais permite observar como certos eventos ou questões foram abordados ao longo do tempo, possibilitando uma compreensão mais rica do contexto histórico e político da época.

Embora a escolha desse escopo tenha sido determinada pela disponibilidade de edições e pela lógica temporal identificada, é importante lembrar que essa amostra

representa apenas uma parte do conteúdo do Jornal Resistência. Portanto, é necessário levar em consideração essa limitação ao interpretar os resultados e evitar generalizações excessivas sobre o jornal como um todo.

O contexto político-social

O cenário político que antecedeu o golpe militar no Brasil em 1964 foi marcado por uma série de tensões e contradições. O presidente João Goulart, conhecido como Jango, implementou uma série de reformas progressistas que desagradaram setores conservadores da sociedade, como os militares e a ala conservadora da Igreja Católica.

O general Olímpio Mourão Filho liderou um plano que resultou na deposição de João Goulart e na instauração de um regime militar no Brasil, que duraria até 1985. O golpe foi justificado como uma defesa da ordem e da democracia, mas na prática resultou em uma ditadura militar caracterizada pela repressão política, censura e violações dos direitos humanos.

Boris Fausto (2015), em seu livro "História do Brasil", argumenta que o golpe poderia ter sido evitado de alguma forma, mas reconhece que as tensões políticas e sociais da época eram muito intensas e que o modelo democrático em vigor estava desgastado. Além disso, as práticas desenvolvimentistas adotadas no período estavam alcançando seus limites, o que contribuiu para a insatisfação geral e para a polarização política.

A implantação de uma ditadura militar com alguns disfarces resultou de umas circunstâncias e das opções dos atores políticos. Abandonando qualquer esforço pela manutenção da democracia, a polarização de posições resultou em uma prova de força. Esse era o campo privilegiado da ação dos conspiradores que contrapuseram a violência às ilusões da esquerda” (FAUSTO, 2015, p. 393)

É importante ressaltar que a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, foi um evento que ocorreu em 1964 e reuniu centenas de milhares de pessoas em São Paulo. A marcha foi organizada por setores conservadores da sociedade, incluindo a ala conservadora da Igreja Católica, e foi um dos elementos que contribuíram para a criação de um clima favorável ao golpe militar.

Após a instauração da ditadura militar no Brasil em 1964, a justificativa inicial era de que o regime seria uma forma de combater a corrupção e restaurar a democracia. No

entanto, logo após a chegada ao poder, o regime começou a implementar mudanças significativas nas instituições democráticas através de decretos conhecidos como Atos Institucionais (AI).

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi um dos atos mais impactantes e autoritários promulgados durante o regime militar. Ele concedeu poderes excepcionais ao governo, suspendendo garantias constitucionais, restringindo a liberdade de expressão, censurando a imprensa, intervindo em sindicatos e fechando o Congresso Nacional por um período (KUSHNIR, 2015). Esse ato marcou uma escalada na repressão do regime, permitindo a prisão arbitrária de opositores políticos, a tortura e a perseguição de diversos grupos e indivíduos.

O AI-5 representou um endurecimento significativo do regime militar e consolidou o autoritarismo no país. Durante o período em que esteve em vigor (1968-1978), o regime impôs uma repressão violenta e cerceou os direitos civis e políticos dos brasileiros, afetando profundamente a vida política, social e cultural do país.

As mulheres

Durante a década de 60, o mundo vivia com efervescência a segunda onda do feminismo (COMPOI, 2011). Diversas estudiosas surgiam tentando entender as questões do feminino e da feminidade, o que era ser uma mulher e, principalmente, qual o papel das mulheres dentro da sociedade. Em contrapartida aos avanços de uma sociedade mais conservadora, os estudos feministas e o feminismo ativista também avançavam no Brasil.

Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação pejorativa. Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês, e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação antifeminina. A imagem feminismo versus feminino repercutiu inclusive internamente ao movimento, dividindo seus grupos como denominações excludentes. A autodenominação feminista implicava, já nos anos 1970, a convicção de que os problemas específicos da mulher não seriam resolvidos apenas pela mudança na estrutura social, mas exigiam tratamento próprio (SARTI, 2001, p. 40)

O movimento feminista durante a ditadura marcado por várias frentes de atuação. As mulheres se organizaram em grupos, coletivos e associações para discutir temas como direitos reprodutivos, violência contra a mulher, direitos trabalhistas, igualdade salarial, acesso à educação e saúde, entre outros. Elas também buscaram promover mudanças legislativas e políticas para garantir maior igualdade de gênero.

No entanto, apesar do Estado brasileiro igualar a luta feminina a luta comunista, não havia qualquer apoio entre os movimentos sociais de esquerda a emancipação feminina. Muito pelo contrário, as organizações partidárias viam o feminismo como uma luta segmentária, que por se tratar “apenas” do direito das mulheres enfraqueceria a luta (TELES apud NICHNIG, 2007).

Ainda assim, esses espaços de militância funcionavam como uma forma de insurgência e transgressão aos papéis designados às mulheres. Nesse caso, as militantes se afastavam da tradicionalidade e do conservadorismo – lutando com armas, empenhando um papel de liberdade sexual e, por vezes negando a instituição do casamento – sem necessariamente seguirem uma agenda feminista (SARTI, 2001).

Apesar na negativa integrar o movimento feminista à sua agenda, os debates de gênero continuaram e contribuem até hoje para o movimento nacional (SARTI, 2001). Mas mesmo com a negativa das pautas, as mulheres ainda eram boa parte dos militantes de esquerda, segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), havia um significativo grupo de mulheres; o que também que ressalta a dimensão da violência de gênero também vivenciada nesse segmento.

O relatório “As igrejas e as graves violações”, revela que eram católicas e protestantes das cidades, do campo e das aldeias indígenas, leigas e religiosas, atuantes com a juventude e com adultos como educadoras, agentes de saúde, missionárias, trabalhadoras, sindicalistas, que desejavam ser tratadas com dignidade.(CNV, 2014, p.195)

Assim, durante a ditadura militar as mulheres eram vítimas constantes dos mais variados tipos de violência. A Comissão Nacional da Verdade (2014), destaca um capítulo inteiro para tratar especificamente sobre a violência de gênero, cometida nos porões da

ditadura. O relatório de 2014 destaca, principalmente, a utilização da violência sexual nas sessões de tortura contra mulheres.

Para Michel Foucault (1993), a exclusão de discursos é uma ferramenta utilizada para o silenciamento dentro das sociedades. Mulheres e outras minorias são sistematicamente colocadas em papéis de insurgência e distantes das tomadas de poder. Por isso, vulneráveis a situações de violência e usurpação de suas liberdades. A resistência dessas mulheres, dentro da perspectiva foucaultiana, representa a quebra deste paradigma de exclusão discursiva.

O Jornal Resistência

Nestes quase 20 anos de fortes repressões, entre 1964-1985, nasceu um tipo de imprensa que se afastava dos grandes jornais, a imprensa alternativa (KUCISNKI, 2005). Na contramão da grande mídia, os jornais alternativos tinham um discurso muito forte de denúncia aos ataques aos direitos humanos promovidos pelos militares. Eles nascem num contexto de luta política muito expressiva e de uma vontade de denunciar os absurdos que aconteciam nos porões da ditadura.

A maioria desses jornais foi afetada diretamente pela Doutrina de Segurança Nacional, que, segundo Bernardo Kucinski, “O aparelho militar distinguia os jornais alternativos dos demais, perseguindo-os e submetendo os que julgava mais importantes a um regime especial, draconiano, de censura prévia.” Entre eles, o paraense Resistência.

Fundado em fevereiro de 1978, o Jornal Resistência é um jornal alternativo de alinhamento político à esquerda, ligado a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos; a partir de 1982, foi um jornal de circulação quinzenal. Editado pelo jornalista Luiz Maklouf, o Resistência várias vezes teve sua redação e gráfica invadidas por policiais (RESISTÊNCIA, 1982, p. 2); estando descrito em todas as edições, inclusive, a vez que a polícia militar confiscou a quinta edição do jornal.

De caráter ideológico e ligado à Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH) e ao Partido Comunista do Brasil (PcdoB), o Resistência seguia uma linha editorial de combate ao regime militar, por isso foi perseguido tendo que imprimir suas edições fora de Belém (LIRA apud COSTA, 2018, p.23)

Um dos episódios descritos no jornal é a invasão da gráfica Suyá, em outubro de 1982. Na ocasião, são dedicadas mais de três páginas entre entrevistas e relatos do que teria acontecido na redação do jornal. Com truculência, policiais militares invadiram a gráfica e, além de agredir os editores presentes, também levaram todos os que estavam no local para depor na delegacia (RESISTÊNCIA, Ed. 42, 1982, p. 3).

O Resistência era um jornal de linguagem acessível, que denunciava violências cotidianas da população mais pobre. A maioria de seus exemplares tinha entre 11 e 20 páginas, e ele era impresso no tamanho tabloide. A redação do jornal ficava na Avenida Pedro Miranda, em Belém e seus exemplares eram impressos na Gráfica Suyá, localizada na Avenida 16 de Novembro (COSTA, 2018).

A (in)visibilidade feminina no Jornal Resistência entre 1982 e 1983

Dados do dossiê “Quem Figura nas Notícias?” (MediaTalks, 2020) mostram que num universo de mais de 30 mil notícias, a presença feminina era nichada em reportagens sobre gênero – que configuram apenas 3% do total. Estes dados são apenas uma pequena fatia de um discurso que é construído há muito tempo e reflete a estrutura patriarcal da nossa sociedade.

Para Michael Foucault (1971), os discursos são construídos e derivados dentro de contextos históricos e políticos. Por isso, analisar a construção do discurso envolvendo a representatividade do feminino dentro dos jornais alternativos está diretamente ligada a concepção cultural e política das mulheres.

A criação do sujeito “mulher” é derivada de uma longa e profunda formação histórica. Foucault (1971) argumenta que o sujeito é uma construção social e histórica que é produzida e moldada pelo poder e pelo discurso. O sujeito não é simplesmente um agente que exerce poder, mas também é afetado e limitado pelo poder. Essa limitação é grandemente afetada pela exclusão das mulheres dentro dos ambientes de poder e de tomadas de decisão (SARTI, 2005).

Como falado anteriormente, durante o contexto ditatorial as demandas femininas (e feministas) eram invisibilizadas por um imaginário patriarcal, onde essas demandas são passavam de *caprichos*. Então, ao analisarmos a construção do discurso dentro do Jornal Resistência, percebemos a deficiência – comum a praticamente todos os jornais da época – em conseguir equilibrar a presença feminina tanto como jornalistas assinantes de

matérias quanto a própria presença de mulheres como personagens ou temas de reportagens.

Para este artigo, foram analisadas oito edições do Jornal Resistência entre os anos e 1982 e 1983. Como mostrado na tabela 1, nessas edições constata-se 22 manchetes e 152 reportagens – uma média de 19 reportagens por edição do jornal.

Quadro 1 – O Jornal Resistência

Edição	Data	Qtde de Manchetes	Qtde de Reportagens
39	01/09/1982 a 15/09/82	3	18
41	01/10/82 a 15/10/82	3	25
42	16/10/82 a 31/10/82	2	26
43	1/11/82 a 15/11/82	1	29
44	16/11/82 a 30/11/82	4	21
46	16/12/82 a 30/11/82	3	19
47	01/01/82 a 15/01/83	3	14
48	16/01/83 a 31/01/83	3	11
TOTAL		22	152

Fonte: GOUVÊA, A.V. (2023)

No entanto, apesar deste expressivo número de manchetes e reportagens, apenas 10 reportagens são assinadas por mulheres e, dentro de todo o escopo do jornal, são mencionadas diretamente ou indiretamente apenas 29 mulheres em praticamente um ano de jornal. A problemática da falta de mulheres dentro do jornal se estende ao ponto de praticamente não vermos nenhuma reportagem onde são atribuídas a essas mulheres alguma relevância acadêmica ou profissional.

Quadro 2 – Mulheres no Jornal Resistência

Edição	Qtde de Mulheres Citadas	Qtde de Reportagens Assinadas por Mulheres
39	2	0
41	1	0
42	3	0
43	3	0
44	5	3
46	5	3
47	5	1
48	5	3
TOTAL	29	10

Fonte: GOUVÊA, A.V. (2023)

Na primeira edição analisada, edição 39 de setembro de 1982, há uma chamada para o II Encontro das Mulheres da Cidade e do Campo e, apesar do assunto ser sobre mulheres, não há registro de nenhuma entrevista ou menção discursiva a elas. As duas aparições de mulheres são numa reportagem que denuncia de violência doméstica, onde as vítimas dão entrevista falando sobre.

Esses dados da presença feminina dentro do Jornal Resistência, demonstram um paralelo muito grande em relação ao que foi estimado pelo dossiê da MediaTalks (2020), onde a presença de mulheres dentro das reportagens é restrita a assuntos específicos de gênero e/ou situações de violência. No entanto, podemos perceber nas tabelas um aumento crescente da presença feminina. Ainda que restrita a certos assuntos e funções subalternizadas (SPIVAK, 2018), é significativo o aumento dentro deste contexto.

Na edição 41, de outubro de 1982, uma mulher é entrevistada numa reportagem sobre as condições de saúde da população do bairro da Sacramento (RESISTÊNCIA, outubro de 1982, p. 7) – no entanto, apesar de sua fala contundente e relevante ao assunto, seu nome não é dito em momento algum.

Na edição de 42, em 1982, há a aparição de mais três mulheres dentro do jornal. A primeira é Eliana Soares, secretária do jornal -- seu depoimento primeiro é dito em discurso indireto e só depois é dedicada um parágrafo para ela dar seu testemunho. As duas últimas são Emerlinda e Anazilda, ambas entrevistadas no especial do jornal para as eleições daquele ano.

Vemos a primeira reportagem assinada por mulheres na edição 46, já no final do ano de 1982. As jornalistas Cristina Serra e Lúcia Helena Oliveira assinam duas reportagens cada. Além disso, essa é a edição onde aparecem mais mulheres citadas nominalmente.

No contexto apresentado acima, é perceptível como a construção do discurso e os próprios objetos discursivos são utilizados como ferramentas para a contínua desmoralização e apagamento de questões cabíveis às mulheres. A menção de suas demandas, sem especificidades; a falta de nominá-las com nome e sobrenome, etc. são reflexos de uma sociedade que utilizada de dispositivos disciplinares como controle sob as mulheres (SPIVAK, 2018).

Apesar do alinhamento à esquerda do Jornal Resistência, o fato de estar inserido dentro de um contexto patriarcal faz com que o veículo midiático acabe se apresentando ainda dentro desta visão (FOUCAULT, 1971). É possível ver, no entanto, a movimentação constante do jornal para se livrar dessas amarras, visto que a partir de um dado momento começa a subverter esse papel, atribuindo às suas jornalistas seus nomes, creditando propriamente suas entrevistadas e abrindo espaço para que mulheres falem sobre assuntos que fogem da normatização de gênero.

Considerações finais

Ao considerar o alinhamento à esquerda do jornal e a crítica à sua inserção em um contexto patriarcal, podemos examinar como esses dois elementos podem interagir e se manifestar nas páginas do veículo midiático.

O fato de o jornal estar inserido em um contexto patriarcal implica que ele está sujeito a influências e estruturas sociais que tendem a reforçar desigualdades de gênero e limitar a representatividade das mulheres. Essa visão é referenciada por meio da citação de Michel Foucault (1971), indicando a existência de um poder disciplinar que molda a narrativa e o discurso dentro do jornal.

No entanto, é mencionado que o jornal mostra uma movimentação constante para se livrar dessas amarras patriarcais. A partir desse momento, o jornal começa a subverter seu papel tradicional, dando mais visibilidade e crédito às suas jornalistas e entrevistadas mulheres. Essa abertura possibilita que elas expressem suas perspectivas e falem sobre assuntos que escapam da normatização de gênero.

Portanto, é possível reconhecer no Jornal Resistência uma tentativa de romper com as limitações do contexto histórico e político em que está inserido. Essa abertura para a representatividade das mulheres e a busca por dar voz a perspectivas diversas demonstram uma evolução na forma como o jornal se posiciona.

É importante ressaltar que a representatividade e a subversão de papéis de gênero podem ser uma maneira de questionar as estruturas de poder e desafiar a hegemonia existente. Ao destacar e valorizar as vozes das mulheres, o jornal pode contribuir para a promoção da igualdade de gênero e para uma sociedade mais inclusiva.

No entanto, é necessário acompanhar a trajetória do Jornal Resistência ao longo do tempo para avaliar em que medida essas mudanças são consistentes e duradouras. A transformação de um veículo midiático requer um compromisso contínuo com a representatividade e a diversidade, além da superação das estruturas patriarcais presentes no contexto mais amplo.

Dentro dos objetivos estipulados para o desenvolvimento da pesquisa, conseguimos estabelecer que há uma grande influência do contexto político e social em relação ao estabelecimento de um discurso de poder; onde claramente as mulheres são excluídas da narrativa, principalmente nas primeiras edições analisadas. No entanto, também observamos um movimento de contracorrente, quando há uma tentativa de abrir espaço dentro do Jornal Resistência para essas mulheres.

Portanto, fica claro que mesmo dentro de uma mídia alternativa o contexto político, social e histórico influencia as maneiras de discursar e fazer jornalismo.

REFERÊNCIAS

AMORIM, C. R.T.C. et al. O contexto da Imprensa Alternativa na Amazônia no período da ditadura militar (1964-1985). In: XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Palmas -TO –, 2012, UFPA, 2012.

ARAÚJO, Juliana Sales de. A redemocratização na imprensa alternativa: uma análise do jornal resistência (1978-1986). 2020. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Xinguara, Instituto de Estudos do Trópico Úmido, Faculdade de História, Xinguara, 2020. Disponível em: <http://repositorio.unifesspa.edu.br/handle/123456789/1773>. Acesso em: 19/06/2023

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA -ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA -2007. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210562_0fe449fa3bbf3d0be24d3e9a921de970.pdf>.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 1996 p.

CASADEI, E. B. (2012). A Inserção das Mulheres no Jornalismo e a Imprensa Alternativa: primeiras experiências do final do século XIX. Revista Alterjor, 3(1), 1-10. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88218>

COSTA, Josue Ivan. **A voz do Resistência: um jornal contra a ditadura militar**. 2018. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de História, Marabá, 2018. Disponível em:<<http://repositorio.unifesspa.edu.br/handle/123456789/980>>. Acesso em: 21/05/2023

DIAS, A. B. História e memória da ditadura militar em tempos de (auto)censura: o jornalismo brasileiro e seus clichês historiográficos de autolegitimação. *Parágrafo*, v. 6, n. 3, p. 77–77, 2018.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2014. p. 677

FERREIRA, M. dos S., & TRAVERSINI, C. S. (2013). **A Análise Foucaultiana do Discurso como Ferramenta Metodológica de Pesquisa**. *Educação & Realidade*, 38(1). Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/17016>

FOUCAULT, Michel A Ordem do Discurso. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009a.

HENTZ, I. C.; VEIGA, A. M. Entre o feminismo e a esquerda: contradições e embates da dupla militância. In: *Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010. p. 145–164.

KUBIK, M. A ousadia feminista de falar. In: *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Editora Intermeios, 2013. p. 259–261.

KUCINSKI, B. *Jornalistas e revolucionários*. [s.l.] EdUSP, 2003.

LIRA, Adriana S. Campos. *Imprensa Alternativa na Amazônia: breve contexto dos tabloides que deixaram suas marcas no período da Ditadura Militar*. Faculdade de Estudos Avançados do Pará/Feapa.

MEDIATALKS, R. Representação de mulheres na mídia levará 67 anos para ser equilibrada, diz relatório. Disponível em: <<https://mediatalks.uol.com.br/2021/07/15/relatorio-global-sobre-igualdade-de-genero-mostra- apenas-um-ligeiro-progresso-na- visibilidade-das-mulheres-nas-noticias/#:~:text=40%25%20das%20mat%C3%A9rias%20na%20m%C3%ADdia>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

ORLANDI, E. P. *Interpretação: Autoria, leituras e efeitos do trabalho simbólico*. 5a. ed. Campinas/sp: Pontes, 2007. p. 79

Resistência, ano 5, nº 39, 1ª quinzena de setembro de 1982, Belém (PA).

Resistência, ano 5, nº 41, 1ª quinzena de outubro de 1982, Belém (PA).

Resistência, ano 5, nº 42, 2ª quinzena de outubro de 1982, Belém (PA).

Resistência, ano 5, nº 43, 1ª quinzena de novembro de 1982, Belém (PA).

Resistência, ano 5, nº 44, 2ª quinzena de novembro de 1982, Belém (PA).

Resistência, ano 5, nº 46, 2ª quinzena de dezembro de 1982, Belém (PA).

Resistência, ano 5, nº 47, 1ª quinzena de janeiro de 1983, Belém (PA).

Resistência, ano 6, nº 48, 2ª quinzena de janeiro de 1983, Belém (PA).

SEGATO TIMÃO, J. Escritas feministas: os jornais Brasil Mulher, Mulherio e Nós Mulheres. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: [s.n.].

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010. 135 p.

TELES, M. A. DE A. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. Revista Estudos Feministas, v. 23, p. 1001–1022, 2015.

WOITOWICZ, K. J. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: imprensa feminista e práticas de ativismo. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 11, n. 1, p. 104, 4